



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VINÍCIUS DE LIMA NEVES

**O PESO DA BOMBA NA BALANÇA PARA A PAZ: O PAPEL DO GOVERNO TRUMP
E DA POLÍTICA BYUNGJIN NA APROXIMAÇÃO ENTRE EUA E RPDC**

**JOÃO PESSOA
2024**

VINÍCIUS DE LIMA NEVES

**O PESO DA BOMBA NA BALANÇA PARA A PAZ: O PAPEL DO GOVERNO TRUMP
E DA POLÍTICA BYUNGJIN NA APROXIMAÇÃO ENTRE EUA E RPDC**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Campos Antiquera

Co-Orientador: Prof. Me. Samuel André Spellmann
Cavalcanti de Farias

JOÃO PESSOA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA:

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

N518p Neves, Vinicius de Lima.

O peso da bomba na balança para a paz: o papel do governo Trump e da política Byungjin na aproximação entre EUA e RPDC / Vinicius de Lima Neves. - João Pessoa, 2024.

41 f. : il.

Orientação: Daniel de Campos Antiquera.

Coorientação: Samuel André Cavalcanti de Farias Spellmann.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. República Popular Democrática da Coreia (RPDC). 2. Política Byungjin. 3. Desenvolvimento Paralelo. 4. Política nuclear. 5. Governo Trump. 6. Estados Unidos (EUA). 7. Dissuasão nuclear. I. Antiquera, Daniel de Campos. II. Spellmann, Samuel André Cavalcanti de Farias. III. Título.

VINICIUS DE LIMA NEVES

O PESO DA BOMBA NA BALANÇA PARA A PAZ: O PAPEL DO GOVERNO TRUMP E DA POLÍTICA BYUNGJIN

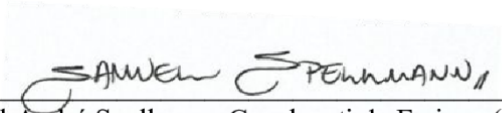
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

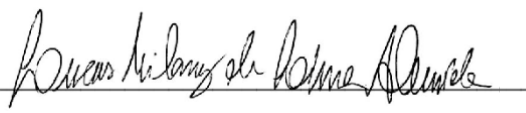
Aprovado(a) em 6 de maio de 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIEL DE CAMPOS ANTIQUERA
Data: 07/05/2024 16:56:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. MS. Daniel de Campos Antiquera – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. Me. Samuel André Spellmann Cavalcanti de Farias - (Coorientador)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG


Prof Dr. Lucas Almeida Milanez
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Dedico este trabalho aos meus pais, Mairton e Vandete, e à minha companheira, Maria Luiza, por todo o apoio, companhia, carinho e presença em cada momento de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Mairton Neves e Vandete Lima por toda dedicação e amor que me deram no decorrer da vida, por sempre me incentivarem a buscar o que realmente iria querer ser. Por me apoiarem nas decisões que tomei, fazendo críticas e conversando, me fazendo sentir acolhido e ouvido. Obrigado por me criarem e permitirem que eu pudesse crescer e desenvolver um senso crítico, para que possa buscar a mudança no mundo em que vivemos.

À minha amada companheira Maria Luiza Dantas, que me apoiou do início ao final dessa jornada, ajudando nos meus momentos difíceis e me acompanhando quando as coisas estavam conseguindo caminhar, mesmo com tantas obrigações, trabalho, faculdade e pesquisa, sempre teve tempo de estar ao meu lado.

Ao partido e aos movimentos sociais por permitirem que eu possa não apenas fazer pesquisa, mas buscar mudar o tema de amanhã, construir uma nova sociedade na qual buscaremos pesquisar e compreender como progredir frente às necessidades do povo, ao invés de como os interesses de domínio de poucos ainda ameaçam a paz dos povos do mundo.

Aos meus amigos, em especial a Vinícius de Moraes, que esteve sempre apto a ajudar, opinar e criticar o trabalho mesmo frente a seu trabalho e seus projetos que pareciam querer afogá-lo. Agradeço também meus amigos distantes, que mesmo de longe se preocupavam e me apoiaram nessa caminhada

A todes es camaradas que sempre me apoiaram e incentivaram na construção desse projeto e cobriram a lacuna em que não pude estar ativamente construindo nossos movimentos.

A todes es camaradas por quem a solidariedade com os oprimidos move sua revolta contra os imperialistas.

“Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de

capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição.”

- Vladimir I. Lênin,
Imperialismo: Fase
Superior do Capitalismo

“Imperialism has laid its body over the world, the head in Eastern Asia, the heart in the Middle East, its arteries reaching Africa and Latin America. Wherever you strike it, you damage it, and you serve the world revolution.”

- Ghassan Kanafani

“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.”

- Ernesto
“Che”Guevara

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a aproximação das relações entre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e os Estados Unidos da América (EUA) durante o governo de Donald J. Trump. A compreensão dessa aproximação se dará pelo giro diplomático ocorrido ao decorrer da gestão Trump. Busca-se então compreender os motivos que levaram os EUA à mudança de postura, a recepção desse movimento pela RPDC, e as consequências dessa política no distensionamento da Península e na aproximação entre RDC (República da Coreia) e RPDC. A persistência da Guerra da Coreia, iniciada em 1950 e estagnada num armistício em 1953, ainda se mostra como um ponto de fragilidade na política internacional pelo tensionamento na Península, um desenvolvimento histórico derivado do resultado da II Guerra Mundial. Desse modo, os impasses políticos da segunda metade do século XX e sua influência, tanto sobre as relações entre a Península Coreana e os EUA quanto sobre a eventual nuclearização da RPDC, serão observados para entender os termos sob os quais os EUA guiam os debates acerca da retomada de relações e retirada de sanções e a base sobre a qual a RPDC constrói sua política Byungjin. Dessa forma, será apresentada a inflexão da política dos EUA para a RPDC durante o governo de Trump em relação a seus antecessores, a influência dessa nova política na relação com a RPDC, e a influência da política Byungjin de “desenvolvimento paralelo” de armamentos nucleares e da economia norte-coreana nessa mudança da política estadunidense. Será utilizada para essa análise a aplicação do método crítico-dialético, sendo implementada pesquisa de base qualitativa, com fontes bibliográficas e documentais que abordam as relações RPDC-EUA durante a administração Trump. Busca-se compreender o motivo do potencial nuclear e do desenvolvimento nuclear serem de alta relevância à RPDC, bem como a perspectiva histórica e contemporânea dos EUA sobre a política nuclear norte-coreana.

Palavras-chave: RPDC. Byungjin. Política Nuclear. Trump. EUA. Dissuasão Nuclear.

ABSTRACT

This work aims to analyze the convergence of relations between the Democratic People's Republic of Korea (DPRK) and the United States of America (US) during Donald J. Trump's government. The understanding of this convergence will take place through the diplomatic turn that occurred along the Trump management. Thus, we seek to understand the reasons which led the US to this posture change, its reception by the DPRK, and this policy's consequences towards the distention of the peninsula and the approach between the Republic of Korea (ROK) and the DPRK. The persistence of the Korean War, which started in 1950 and stagnated in an armistice in 1953, still shows itself as a fragile point in the international policies towards the peninsula distention, a historical development stemming from the results of the Second World War. Thus, the political impasses in the second half of the 20th century and their influence on relations between the Korean Peninsula and the US, as well as the DPRK's contingent nuclearization, will be observed in order to better understand the terms on which the US lead the debates on resumption of relations and lifting of sanctions, and on the basis on which the DPRK builds its Byungjin policy. Therefore, this work presents the turning point in US's policy towards the DPRK during Trump management in relation to its predecessors, this new policy's influence on the relationship with the DPRK, and the influence of the Byungjin policy of economic and nuclear "parallel development" in this change of policy by the US. For this analysis, the critical-dialectical method will be followed, through qualitative-based research, with bibliographic and documentary sources which approach DPRK-US relations during Trump management. This work seeks to understand the reasoning behind nuclear potential and nuclear development being highly relevant to the DPRK, as well as the US's historical and contemporary perspectives on North Korean nuclear policy.

Keywords: DPRK. Byungjin. Nuclear Politics. Trump. US. Nuclear Deterrence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mísseis balísticos norte-coreanos.....	32-33
---	-------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
DMZ	Zona Desmilitarizada
EUA	Estados Unidos da América
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
RDC	República da Coreia
RPC	República Popular da China
RPDC	República Popular Democrática da Coreia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES EUA-RPDC.....	20
2.1	A Guerra da Coreia e as relações EUA-RPDC no terceiro quartel do século XX: O Juche (1950-1975)	20
2.2	O Governo Clinton (1993-2000)	22
2.3	A Marcha Penosa e o surgimento do Songun (1990-2000)	23
2.4	A passada ao governo Bush (2001-2008)	24
2.4.1.	A Política Sunshine: RDC e a disponibilidade para cooperação no século XXI	25
2.5.	Administração Obama ao lado do desenvolvimento da política Byungjin (2009-2016) .	26
3	A POLÍTICA EUA-RPDC NA ERA TRUMP: A BOMBA NUCLEAR INCLINA A BALANÇA - TENSÃO, DISTENSÃO E ESTAGNAÇÃO	29
3.1	O Governo Trump: ameaças e promessas de reaproximação (2016-2020)	30
3.2	A importância da bomba atômica na inflexão da política estadunidense	31
3.2.1.	Cúpula de Singapura, nova aurora da política Sunshine	33
3.3	Dos diálogos à estagnação	35
4	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS	41

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso analisa as formas pelas quais as mudanças do relacionamento entre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e Estados Unidos (EUA) durante o Governo do Presidente Donald J. Trump (2016-2020), em um contexto de desenvolvimento mais avançado de armas nucleares pela RPDC, moldaram as relações entre essas nações e a perspectiva de paz na península. Através de sua história, a península coreana existiu como uma única nação, unificada ao final do primeiro milênio depois de Cristo – no ano 918 d. C. – sob a dinastia Koryo. A história da Coreia segue com sua construção social e institucional ao redor de três grandes nações — China, Rússia e Japão –, até o século XX, quando foi colonizada pelo Japão, e após isso, dividida em duas. A divisão arbitrária da Península Coreana em 1945 ocorreu como fruto tanto do final da 2ª Guerra Mundial e descolonização da Coreia quanto dos embates geopolíticos da Guerra Fria, e representou o início de um tensionamento que se deflagrou na Guerra da Coreia em 1950. O conflito brutal se arrefeceu em 1953 com um armistício e foi responsável por solidificar as posições de cada eixo da península neste “tabuleiro” geopolítico. A República da Coreia (RDC) ao Sul se alia aos EUA e garante a eles bases militares permanentes, enquanto a RPDC se reconstruía sob ameaça nuclear e com um inimigo delimitado – os EUA – e sua ocupação militar da península coreana além da sua zona de influência, o Japão (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015).

A posse de armamentos nucleares é um objetivo militar da RPDC desde a utilização desse recurso contra ela própria durante a Guerra da Coreia, e continuou como um desafio para sua reconstituição, pois o país esteve até o início dos anos 90 sob alcance das armas nucleares estadunidenses estacionadas na RDC, ao sul da península (Geiger, 2018, p.12-13). O desenvolvimento nuclear da RPDC se iniciou nos anos 60 sob apoio soviético, a fim de auxiliar na reestruturação da matriz energética do Norte, destruída na Guerra de 1950. Porém, o plano dos coreanos da RPDC buscava alianças também para o desenvolvimento de armamentos nucleares, mesmo que de forma autônoma, para garantir poder de dissuasão a nível internacional e ter participação nos diálogos que deliberam sobre seu destino no cenário internacional (Geiger, 2018, p.12-15). Durante os anos 90, com a dissolução da União Soviética (URSS), seus maiores parceiros - embora já cambaleassem em suas relações antes de ruir -, a RPDC entrou numa crise, da qual os EUA se utilizaram para reforçar suas políticas sobre a soberania do país. Essas políticas culminam em 1993, com a primeira crise nuclear, em que a RPDC se nega a permitir inspeções de seus reatores e ameaça se retirar do Tratado

de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), medida que os garante, após tensionamentos, um acordo no qual, em troca do congelamento de seu processamento de plutônio, lhes seriam concedidos combustível, cooperação e a construção de duas usinas com reatores de águas leves (Geiger, 2018, p.14-15).

A tensão na fronteira entre as recém divididas “Coreias” foi uma constante durante a segunda metade do século XX, culminando em uma breve aproximação e diálogo entre as partes beligerantes ao fim do século. Ao início do século XXI, essa brecha de diálogos se fecha e as duas primeiras administrações estadunidenses são marcadas pelo re-tensionamento, tanto na retórica quanto nas suas posições bélicas em tom de ameaça, próprio dos anos da administração do Presidente George W. Bush (2001-2009), e a estagnação e manutenção desse tensionamento na era Obama.

As relações entre EUA e RPDC pareciam, ao início da administração Trump, estar ainda sob uma intensificação das tensões que continuavam dos governos anteriores. Em setembro de 2016, a RPDC realiza seu quinto teste nuclear bem sucedido; em janeiro de 2017, foi testado um míssil balístico intercontinental; e, em setembro de 2017, realiza o teste de uma bomba de hidrogênio (Ortiz, 2018, p.353-354; Tzili, 2018, p.433-434). Após a paciência estratégica aplicada durante a Administração do Presidente Barack Obama (2008-2016), Trump, em seu primeiro ano de governo, prometia despejar “Fogo e Fúria” como retaliação caso a RPDC ameaçasse os EUA e defendia uma possível nuclearização da RDC e Japão. Enquanto isso, aeronaves bombardeiras estadunidenses estacionadas em Guam sobrevoavam o espaço aéreo da Península Coreana (Baker; Sang-Hun, 2017) (Tzili, 2018). No ano seguinte, porém, ocorreria uma “reaproximação” diplomática entre as duas nações, que retornariam então à mesa de negociações (Nedjai, 2021; Noerper, 2018).

O norte desse trabalho se deu então pela análise do que influenciou a virada política dos EUA em relação à RPDC durante o governo Trump, e como essas mudanças influenciaram a aproximação desses países, observando também como essa virada política foi recebida pela RPDC. Compreende-se, desta forma, a hipótese de que o objetivo histórico da RPDC de influência nas negociações com os EUA pelo estado de potência nuclear foi sucedido, e se provou de forma concreta quando, em meio a desenvolvimentos e testes balísticos e nucleares, encontrou-se com a diplomacia do governo Trump com uma retórica inicial de fogo e fúria e, no ano seguinte, foi capaz de sentar-se com a liderança estadunidense. Dessa forma, é importante compreender também que a diplomacia do regime americano sob Trump buscava garantias das partes envolvidas, fator que lhe permitiu maleabilidade para lidar com as negociações e conversas entre EUA-RPDC-RDC ocorridas

em Singapura em 2018 (Tzili, 2018, p.432) (Ortiz, 2018.).

A análise torna-se então importante para compreender a forma pela qual a resistência à hegemonia do imperialismo americano por um de seus mais antigos rivais geopolíticos foi capaz de manter mesmo uma pequena nação, isolada entre potências, como independente e capaz de exercer sua soberania pelo desenvolvimento de sua nação sobre políticas históricas de sua fundação.

A compreensão desse conflito passa por entender a hegemonia que os EUA pretendem ter dentro do Sistema Internacional, visto que a sua ampla atuação reforça a submissão de seus inimigos enquanto fortalece seus aliados em todo o globo. O exemplo da Guerra do Iraque e da intervenção na Líbia, seguida pelo assassinato de Gaddafi, foram emblemáticos para a RPDC acerca do destino ao qual os EUA pretendem submeter seus opositores ou detratores (Wrobel, 2021, p.9). A RPDC, porém, reforça no século XXI a necessidade da priorização do setor militar, representado pela política Songun, que tem reafirmada sua necessidade pela busca de meios de dissuasão que tanto impeçam sua destruição, não apenas econômica – pelas inúmeras sanções internacionais mantidas pela ONU – e política – por campanhas de difamação e desinformação acerca da RPDC –, como também territorial, permitindo a manutenção da estabilidade, mesmo imersa em um tensionamento constante.

Através dessa compreensão histórica e política, a pergunta que guiou a pesquisa foi: “o que influenciou a virada política dos EUA em relação à RPDC durante o governo Trump, e como essas mudanças influenciaram a aproximação desses países? Como essa virada política foi recebida pela RPDC?”. Dessa forma, este trabalho busca apreender, a partir do desenvolvimento nuclear da RPDC à inflexão das políticas do governo Trump em relação a esta, qual pivô guiou sua aproximação com a RPDC, os resultados dessa aproximação e como se realizou essa virada em sua política externa. A pesquisa se estruturou então sobre quatro objetivos: o estudo do desenvolvimento histórico da Coreia, a partir da Guerra da Coreia, pela repartição política do território e localização do relacionamento com os EUA. A compreensão da influência de empasses políticos do século XX na formulação da política nuclear de segurança energética e militar da RPDC e a influência desta na atual relação entre RPDC-RDC-EUA. A análise das relações políticas dos governos americanos anteriores a 2016 com a RPDC e compreender como as políticas do governo Trump para a RPDC destoam das praticadas pelos presidentes americanos precedentes. Por fim, apreender os avanços estruturais e passageiros das relações EUA-RPDC e RDC-RPDC, fruto da reaproximação observada durante o governo Trump, e quais seus sucessos e falhas.

A República Popular Democrática da Coreia é um dos Estados menos conhecidos e de mais difícil compreensão do mundo. No entanto, esse cenário não mostra ser seu interesse, visto que o país possui relações diplomáticas com mais de 40 nações em todos os continentes. Ainda assim, são escassos estudos que compreendam a política interna da RPDC de maneira aprofundada. Uma das razões para este desconhecimento é a contínua criação política de narrativas ideológicas caricaturais e propagandas que espalham narrativas falsas, como um suposto desaparecimento da liderança da nação (Ataíde, 2013; Carvalho, 2020) promovidas por atores ocidentais, seja na mídia jornalística, na arte ou no discurso político. Mesmo no meio acadêmico, uma compreensão balanceada do tema constitui ainda um tabu, o que prejudica a análise de processos em curso, que passam despercebidos (Ataíde, 2013; Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.17-19). A falta de conhecimento das relações políticas da RPDC é sintomática da já referida escassez de estudos referentes a essa nação, que costuma ser reduzida a: “promotora do terrorismo”; fadada à queda devido à sua manutenção da luta pela construção do socialismo; totalmente fechada para o exterior e guiada por um líder “lunático” ou “maníaco de guerra” na posse de armamento nuclear, dentre tantas outras reduções que obstruem o debate e a discussão teórica e política acerca de uma região imersa em um dos conflitos mais antigos em continuidade – juntamente à causa palestina. Dessa maneira, torna-se altamente necessária a produção acadêmica acerca desse tema de modo a combater a desinformação que foi firmada no imaginário ocidental, encerrando a RPDC em ultimatos e concepções pré-fabricadas. Os estudos sóbrios acerca dessa nação são, então, a forma de combate à falta de produção que respalda o reducionismo propagandista tão amplamente disseminado acerca da península coreana e da RPDC (Ataíde, 2013).

A presente pesquisa possui natureza exploratória, e nela foi empregado o método crítico-dialético para a compreensão crítica do material trazido neste trabalho. O trabalho representa a fase de “exposição” (Netto, 2011, p.26-27) dos resultados, que se utilizará da pesquisa posterior para apresentar o resultado, sustentado na certeza da efemeridade de qualquer conclusão (Netto, 2011, p.26) Para a análise, essa metodologia se expressou pelo entendimento das relações internacionais sob a teoria marxista, com leituras de Lênin e Gramsci, interpretadas por Pansardi (2014) e Oliveira (2010). Sob a análise de Lênin, é elucidada a origem e estruturação do imperialismo ao início do século XX, que estabeleceu a divisão do mundo entre as potências para manutenção dos lucros aos monopólios nacionais, à base das armas e investimentos financeiros (Oliveira, 2010, p.102). A manutenção dos interesses das burguesias de cada nação imperialista pelo seu respectivo aparato estatal resulta inevitavelmente na intensificação de conflitos de interesses comerciais em guerras

interimperialistas (Pansardi, 2014, p.88). Em cima dessa análise, Gramsci busca aprofundar a compreensão das bases das quais o imperialismo se utiliza para realizar a reprodução do modo de produção voltado aos interesses imperialistas. A concepção gramsciana de hegemonia (instrumentalizada) dentro das relações internacionais se expande sobre o conceito anteriormente elaborado por Lênin com um viés voltado para o nacional. Isto é feito como forma de compreender a estrutura internacional que é traçada pelos interesses das nações imperialistas e as formas utilizadas para essa dominação (Pansardi, 2014).

Lênin (2010, p. 21), compreende que o imperialismo como fase superior do capitalismo, alcançado entre o final do século XIX e o início do século XX, intensificado e atestado pela Primeira Guerra Mundial, é caracterizado pela tendência do capitalismo ao monopólio e pela necessidade desses monopólios internacionalizarem suas atividades para garantir altas taxas ou remessas de lucro. Essa expansão do modo de produção capitalista em sua fase imperialista se estrutura de forma global pela dominação de países, seja pela colonização, seja pelo domínio de seus mercados e do excedente de suas produções. Lênin (2010) coloca que esse monopólio de mercados objetivado pelas nações imperialistas as leva também a soluções militares para assegurar seus interesses. A busca por hegemonia no cenário extra-nacional ou internacional, como apresentada por Gramsci (Oliveira, 2010, p. 102), perpassa a dominação territorial, militar e econômica. A Guerra Fria torna explícita a abrangência que a influência estadunidense, pode alcançar para a eliminação de inimigos e o controle regional por meio do reforço de aliados locais fortemente supridos militarmente a cada conflito (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015).

O presente projeto irá utilizar da aplicação do método crítico na revisão bibliográfica de livros, artigos acadêmicos, jornais digitais e transcrições de discursos, acessados por bancos de dados digitais. As obras que serão analisadas são primariamente livros e artigos que tratem da história da península coreana, das políticas de desenvolvimento nuclear da RPDC e sua relação com os EUA, da política dos EUA para a RPDC e da política do governo Trump para a RPDC. Por meio da análise qualitativa desse conteúdo, tem-se como objetivo apreender das relações políticas EUA/RDC-RPDC, seu panorama histórico, político-econômico, energético e diplomático; das suas relações desde a entrada do século XXI, os dilemas de segurança entre essas nações e como o desenvolvimento da tecnologia nuclear pela RPDC permeia essas relações; e por fim, do período do governo Trump nos EUA (2016-2020), em relação à mudança das políticas EUA-RPDC, o que guiou as alterações de sua política para a RPDC em relação aos seus precedentes, como a RPDC reagiu a essas

divergências e como as mudanças políticas por parte dos EUA se materializaram nas relações EUA-RPDC.

O marco analítico está firmado sobre a análise histórica do livro “Revolução Coreana” (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015) e a compreensão das políticas dos EUA em relação à RPDC e vice versa, formulada por livros que estudam as políticas internacionais entre esses países, como o de Charles Pritchard (2007) e artigos mais recentes sobre os resultados práticos das políticas de aproximação EUA-RPDC ao fim do Governo Trump. A delimitação temporal do projeto sobre a liderança de Donald Trump nos EUA foi escolhida pela forma como a política promovida pelos Estados Unidos em relação à RPDC dá uma guinada do percurso estadunidense trilhado desde o início do século XXI, de distanciamento, escassas relações diplomáticas e “paciência estratégica”. Portanto, esse espaço de tempo fornece uma possibilidade de compreensão pela sua ruptura com as práticas anteriores, que permite compreender a reação da RPDC frente ao relaxamento estadunidense do tensionamento diplomático entre as duas nações.

A relação entre os Estados Unidos da América e a República Popular Democrática da Coreia ainda se estrutura firmemente sobre bases montadas na Guerra Fria, sendo o diálogo entre as duas representações dificultado pelo prolongar desse conflito até os dias atuais, em um armistício septuagenário. Para a compreensão histórica da formação de duas Coreias na península coreana, será utilizado o livro “A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche” de Paulo Visentini, Analúcia Pereira e Helena Melchionna (2015). A partir dessa obra, será analisada a formação histórica das duas Coreias e sua relação política e econômica com os EUA e outras potências ao seu redor, e como as políticas da Guerra Fria moldaram as relações entre os EUA e a RPDC. Além disso, será compreendida pela obra “A Revolução Coreana” (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015) a política Byungjin implementada a partir de 2011, em conversa com a análise da formação dessa política sob o panorama histórico da RPDC. O histórico do desenvolvimento nuclear da RPDC, a influência das políticas nacionais e ameaça estadunidense no seu desenvolvimento e os resultados dessas políticas nucleares serão observadas não apenas na obra já citada, mas também com mais detalhes em “A Política Nuclear Norte-Coreana: Dissuasão, Nacionalismo e Relações Regionais”, por Luana Margarete Geiger (2018).

A política estadunidense do século XXI em relação à RPDC foi observada, inicialmente, pela análise de Charles Pritchard em “Failed Diplomacy: The tragic story of how North Korea got the bomb” (2007), que participou e relata a transição da política aplicada por Clinton para a aplicada por Bush em relação à RPDC na virada do século XXI.

Para entender inicialmente as políticas do governo Trump, em contraste com as do governo antecessor, presidido por Obama, foram analisados os textos: “Tensiones entre China, Corea del Norte y Estados Unidos a inicios de la administración Trump”, de Eduardo Tzili Apango (2018) e “La lógica triangular de las relaciones intercoreanas: un análisis del poder económico (2011-2018)”, de Verónica Ortiz (2021). Após a apreensão do cenário em que ocorrem as conversas entre as lideranças, foram compreendidos os diálogos entre EUA e RPDC que culminaram na Cúpula de Singapura em 2018 e as formas como a aproximação afetou a relação desses países até o final da gestão Trump e a longo prazo. É abordado também o panorama político da RDC durante o século XXI e como este foi basilar para os diálogos entre EUA-RDC-RPDC por meio da análise de David Straub (2018) em “Salvaging the Sunshine Policy”, dentre outros artigos acadêmicos e de jornais que analisem a construção da cúpula de Singapura em 2018.

O trabalho está dividido em 4 partes, consistindo da introdução, Breve Histórico das Relações EUA-RPDC, A Política EUA-RPDC na Era Trump e conclusão. No Breve Histórico das Relações EUA-RPDC, é analisado o histórico político entre EUA e RPDC a partir da divisão da península, observando de forma panorâmica as políticas estadunidenses até o governo Obama, tanto ofensivas quanto diplomáticas, em relação à RPDC. Para uma compreensão do estruturamento das posições nacionais e internacionais, foram analisadas as políticas guia da RPDC, isto é, as políticas Juche, Songun e Byungjin, e a importância atribuída por estas à política de segurança nuclear desenvolvida durante a segunda metade do século XX e acelerada ao início do século XXI. É observada também a política Sunshine e seu papel em facilitar diálogos entre a península, juntamente aos EUA, e como genitora da cúpula de Singapura de 2018.

O capítulo “A Política EUA-RPDC na Era Trump” se inicia apresentando a forma como as relações dos Estados Unidos da América e a República Popular Democrática da Coreia durante o governo Trump convergiram na cúpula de Singapura em 2018. Então, foram observadas as relações mantidas pelos EUA e RPDC, juntamente à RDC, consequentemente a esse encontro histórico, quais propostas para realização de acordos foram formuladas, se tiveram desenvolvimento e foram aplicadas ao decorrer do governo Trump, e de que forma essa aproximação das relações teve continuidade entre futuros governos americanos e a RPDC.

A conclusão apresenta de que maneira essas políticas praticadas entre EUA e RPDC no intervalo de 2017 a 2020 impactaram nas relações entre ambos os países e se permitiram uma mudança estrutural na forma como seus diálogos ocorrem, compreendendo a continuidade ou

falta desta acerca das políticas analisadas após a gestão Trump.

2. BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES EUA-RPDC

Este capítulo inicia com um breve apanhado dos acontecimentos históricos que estabeleceram o formato que a política da península coreana toma a partir da segunda metade do século XX, e, ao se aproximar do século XXI, se dará majoritariamente de acordo com as alterações dos presidentes estadunidenses, visto que essa é a alteração que ocorre mais recorrentemente neste tabuleiro analisado.

Outro motivo para a escolha da transição entre as lideranças estadunidenses se dá devido ao fato de esse fenômeno tender a alterar de forma mais significativa o posicionamento da nação em relação aos seus aliados e inimigos, se tornando pontos de inflexão e funcionando como melhores pontos de partida para a análise.

2.1. A Guerra da Coreia e as relações EUA-RPDC no terceiro quartel do século XX: O Juche (1950-1975)

A Coreia, anteriormente à Segunda Guerra Mundial, se configurou como uma colônia japonesa, pilhada para a exploração da busca pelo Japão de se inserir na divisão do globo entre as potências ao início do século XX (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015) (Lenin, 2010).

Um dos aspectos mais marcantes que ainda perduram como fruto desse conflito é a divisão da Coreia enquanto estado-nacional. Como coloca Paulo Visentini; Analucia Pereira e Helena Melchionna (2015), a nação na Península Coreana foi repartida em duas representações pelo interesse das grandes potências pelo controle político-militar sobre esta região (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015,). Mesmo após um armistício, assinado em 1953, não se findou o conflito, que persiste até a contemporaneidade na forma de discursos inflamatórios, sanções econômicas e ameaças militares.

O histórico da nação coreana, localizada sempre entre influências de diferentes potências, foi fortemente influenciado pela necessidade de manutenção de sua soberania, em função de múltiplos fatores: a forte influência chinesa na sua economia e cultura; em embates políticos entre Japão e Rússia ao início do século XX (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015); o domínio colonial japonês e a formação de guerrilhas para combater os colonizadores e restituir a soberania sobre seu território (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015). Desta forma, a sua divisão colocou as duas partes, Norte e Sul, em conflito entre si próprias em busca de uma unificação forçada contra a força que dominava o território “inimigo”, sejam as forças

estadunidenses, com armamentos nucleares e convencionais ao Sul, ou o governo socialista ao norte com apoio soviético e chinês (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015,).

O desenvolvimento militar da RPDC ocorreu de forma acelerada devido, principalmente, à política Juche, palavra que pode significar “mestre de si mesmo” em coreano e representava a busca pela autossuficiência, filosofia que já existia durante a resistência coreana à ocupação japonesa (CEPS-BR, 2021). A política Juche foi implementada como política do governo ao período pós-armistício para garantir a autossuficiência da nação, destruída após a guerra com os EUA, enquanto um cessar-fogo mantinha as tensões regionais. A política Juche, desde o início da sua implementação, continha, dentro de suas prioridades, a busca por complementar armamentos nucleares ao arsenal bélico-diplomático da RPDC, posta a ameaça sofrida durante o período da Guerra da Coreia (Geiger, 2018, p.12-13). Com armas nucleares à margem da Coreia, os EUA planejavam criar um “corredor nuclear” entre a RPDC e a República Popular da China (RPC), que serviria não apenas como um ataque direto ao território de ambas as nações, como isolaria a RPDC de um de seus mais importantes aliados (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015), mantendo uma ameaça nuclear real sobre a RPDC, com o armamento ao sul da península durante o intervalo de 1958 a 1991 (Geiger, 2018, p.14). Esse potencial nuclear, porém, não serviria apenas para desenvolvimento de armas, mas também para complementar o abastecimento energético da nação, cuja infraestrutura havia sido em boa parte destruída (Geiger, 2018, p.13; Visentini; Pereira; Melchionna, 2015).

Com o desenvolvimento nuclear dentre as prioridades da RPDC, sua matriz energética teve de se estruturar para abastecer a nação com essa nova produção, conseguindo assim obter apoio soviético para desenvolvimento de tecnologia nuclear, contanto que se restringisse à sua matriz energética (Geiger, 2018, p.13). Se mostrava então como empecilho para o armamento nuclear da RPDC a restrição diplomática representada pela URSS e, dessa forma, suas investigações para uma “opção nuclear militar” ocorriam discretamente e sem apoio de um dos seus dois maiores aliados, além do melhor equipado para realizar este apoio (Geiger, 2018, p.13) (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015).

Embora a busca da RPDC por formas de desenvolver armamentos nucleares iniciasse nos anos 60, foi nos anos 70 que anunciou, juntamente à sua contraparte ao Sul, um programa de armas nucleares, na mesma década em que adentrou também à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que estabelecia o monitoramento nos seus reatores (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.150). Na década seguinte, em 1985, a RPDC assina o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que estabelece um monitoramento mais rigoroso da atividade de seus reatores em conjunto com a AIEA. As preocupações com o

desenvolvimento nuclear da RPDC reacenderam ao início da década de 90 com a primeira crise nuclear, quando um relatório da AIEA reportou uma inconsistência nas informações de processamento divulgadas acerca do TNP, alegando níveis mais altos de reprocessamento de plutônio pelos reatores da RPDC. Em 1993, o país ameaçou retirar-se do TNP, alegando a presença nuclear estadunidense, que perdurou de 1958 a 1991-93, como motivo da necessidade do armamento para equilíbrio do cenário na península (Geiger, 2018, p.14) (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.152).

2.2. O Governo Clinton (1993-2000)

A posição estadunidense frente à firme atitude tomada pela RPDC acerca da sua ameaça de retirada do TNP foi de retomar e intensificar as conversas, buscando uma saída e “equilíbrio” pela diplomacia, enquanto aplicava sanções internacionais comerciais e enviava armamentos e mísseis para o sul da península, como sinal de que, caso não se chegasse a um acordo com a RPDC, o arsenal americano seria acionado (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.152). A crise teria fim num “Acordo Quadro”, por meio do qual a RPDC receberia abastecimento de combustível e seriam construídas duas usinas nucleares em seu território. Porém, visando garantir que não realizaria parte do acordo sem medidas ativas pelos EUA, a RPDC impôs como condição para a retirada das suas instalações com potencial de produção de armamento nuclear e encerramento de testes que os EUA mudassem a sua postura militar direcionada à RPDC, o que não foi realizado (Geiger, 2018, p.15).

A Marcha Árdua, ou Marcha Penosa, foi um período dos anos 90 durante o qual o povo coreano passou por diversas adversidades, desde a falta de energia e desastres naturais até a eventual falta de grãos e fome generalizada na segunda metade da década (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.137). Embora as relações da RPDC com a URSS estivessem já deterioradas nesse período, a dissolução da União Soviética trouxe dificuldades imensas à RPDC, que perdeu um dos seus maiores aliados internacionais, com quem podia realizar trocas vantajosas em combustível, grãos, carvão e outros produtos essenciais (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.138). Sem seu fiel da balança, do seu jogo diplomático entre a rivalidade sino-soviética, a China começou a exercer uma presença mais relevante na economia da RPDC, ocupando o espaço que antes era da URSS no comércio de petróleo e de grãos, gerando uma dependência de seu comércio, além de uma pressão mais forte acerca da abertura da economia coreana para “acelerar seu desenvolvimento”, política que não era do interesse da RPDC, mas que, porém, aderiu por meio da criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.139, 141-142).

Com a busca da reaproximação na Península por parte da RDC, o desenvolvimento da Sunshine Policy, que em sua primeira introdução se estendeu do final dos anos 90 e perdurou até a primeira década do século XXI, facilitava o diálogo entre as duas representações desenvolvidas na península.

Sobre este cenário, a política dos EUA tentava se ajustar às mudanças e utilizava tanto de conversas multilaterais quanto da ameaça militar e sanções internacionais como ferramentas de diplomacia (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.139, 151-152). Ao fim da administração Clinton, de acordo com o ex -enviado especial do Departamento de Estado para negociações com a Coreia do Norte dos governos ~~Clinton~~-Bush, Charles Pritchard (2007, p.3) havia preparado uma base sólida de negociações, que faria o abastecimento da RPDC em combustíveis e a construção de dois reatores, com a condição do congelamento do programa nuclear da RPDC, abrindo permissão para realização de inspeções pela AIEA e eventual desmonte das suas instalações.

2.3. A Marcha Penosa e o surgimento do Songun (1990-2000)

Os anos 90 foram de tremenda dificuldade para a RPDC no âmbito internacional, porém essa dificuldade se refletia e era fruto, dialeticamente, da crise que ocorria internamente, em grande parte causada pela Marcha Penosa, que abalou a forma de vida da população norte-coreana e, numa perspectiva estadunidense, ameaçava abalar a política Juche de autossustentação. A Marcha Penosa é a nomenclatura dada aos eventos que aconteceram interna e externamente à RPDC nessa década que afetaram drasticamente sua política, economia e mesmo seu exército. Também, porém, a crise econômica que se construía já em décadas passadas, se escancarou com a derrocada da grande potência do “Bloco Socialista” e agora se aliava à crise climática, que trouxe enchentes devastadoras em 1995 e 96, e uma seca igualmente cruel em 97, eventos que causaram crise alimentícia, pela destruição das plantações, a falta de alimentos e a derrubada de seu maior parceiro comercial. Os acontecimentos da década de 90 levaram à perda de quase 90% do seu comércio externo e ao estremecimento de relações com a China, de forma que o acúmulo dessas penúrias ao fim século XX acarretou na morte de quase meio milhão de pessoas (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.137).

Com a chegada ao poder de Kim Jong Il, a política Songun foi estabelecida para tentar aplacar das dificuldades que a RPDC atravessava, utilizando do exército tanto para construção da política nacional, quanto como elemento de manutenção da estabilidade política e social, e mão de obra para reconstrução da infraestrutura da nação e demais trabalhos intensivos

(Geiger, 2018, p.16). Porém, a política Songun não substitui o Juche, mas sim funciona como parte dela e ao seu lado como política de Estado. Enquanto a política Juche busca a autonomia da nação, o Songun funciona como ferramenta de autonomia política no cenário internacional (Geiger, 2018, p.16). Com a política Songun, a priorização da “necessidade” do armamento nuclear foi reforçada, sendo posta como principal forma de garantir a soberania e segurança nacional (Geiger, 2018, p.18). Além de seus objetivos imediatos para reconstrução e fortalecimento militar da nação, a política Songun serviu também como ferramenta para garantia da estabilidade interna do sistema político da RPDC (Geiger, 2018) (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015).

2.4. A passada ao governo Bush (2001-2008)

As negociações que progrediram sob o governo de Clinton foram rapidamente descartadas com a passagem de poder nos EUA que marcou o início do século XXI estadunidense, de Bill Clinton para George W. Bush. Em realidade, essas negociações construídas após os EUA e a RPDC utilizarem ao máximo de seus canais diplomáticos já se deterioravam no fim do governo Clinton, ao final do século XX, quando a RPDC cobrava o cumprimento do acordo realizado com os EUA, enquanto estes postergavam seu cumprimento pois acreditavam no colapso iminente do regime da RPDC, aliviando-os da responsabilidade com seus acordos (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.153). Ao início do Governo de George W. Bush, porém, as relações passaram de conversas e discussões sobre acordos para uma hostilidade aberta, sendo as sanções estadunidenses aplicadas pela ONU reforçadas. Ao início de 2002 Bush declara em discurso a RPDC, juntamente ao Iran e ao Iraque, como o “Eixo do Mal”, os quais acusava de disseminar o terrorismo (Utama; Purnama; Darmawan, 2022). Ainda neste ano o Acordo Quadro começou a se desfazer, após a RPDC alegar que possuía um programa nuclear secreto, o qual declarou que se desfaria apenas com o levantamento das sanções econômicas impostas, a garantia de que teria segurança, como buscava por meio do Acordo Quadro, e ainda alguma compensação econômica pelo desmantelamento desse planejamento. Embora acordos tenham ocorrido, como uma conversa das Seis Partes (EUA, RDC, RPDC, Rússia, Japão e China) em 2003, estes não foram frutíferos (Geiger, 2018, p.17-18).

Ao início de 2005 a RPDC anuncia a posse de armas nucleares, e em 2006 realiza seus primeiros testes de mísseis balísticos e dispositivos nucleares subterrâneos (Geiger, 2018, p.18) (Utama; Purnama; Darmawan, 2022). A partir da segunda metade da década que inicia os anos 2000, a RPDC assume uma postura ofensiva acerca do seu desenvolvimento nuclear,

que, se antes era realizado às escondidas da comunidade internacional, agora exibia com orgulho seu pequeno arsenal em desenvolvimento; a ferramenta da diplomacia idealizada pelo primeiro líder da RPDC iniciava a se concretizar. Em 2003, a RPDC abandonou, juntamente ao TNP, a negação do projeto de armas atômicas, declarando suas intenções de produzi-las para defender a nação de um possível ataque nuclear estadunidense pela gestão Bush e poder estar a par de igualdade em negociações, vista a influência do armamento nuclear e a possibilidade de maior diálogo com a China em caso de conflito com os EUA (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.160-161).

2.4.1. A Política Sunshine: RDC e a disponibilidade para cooperação no século XXI

A passagem ao início do século XXI simbolizou também a passagem de poder na RDC, em 1998, a um de seus únicos presidentes “progressistas”, Kim Dae-Jung, o qual instaurou a “política de engajamento compreensivo frente à Coreia do Norte”, conhecida informalmente como política Sunshine (Raio-de-Sol). A política Sunshine pretendia uma maior aproximação entre Norte e Sul da península, por meio de uma forma alternativa de abordagem em relação à RPDC, que previa uma menor contenção e, portanto, menor embate entre a nação dividida para, por meio da de-escalação do conflito Norte-Sul, levar o Norte a desnuclearizar-se (Min, 2017). A abordagem realizada pela RDC foi um ponto fundamental na facilitação dos diálogos entre as “Coreias” realizados na primeira década do século, com participação das potências cujos interesses se inseriam na política regional da península, por meio da construção de diálogos e cooperação econômica, que possibilitava a disponibilidade às conversas internacionais pelas duas representações, ilustrada no primeiro encontro entre dois líderes em gestão das duas representações da península, em junho de 2000 (Straub, 2018).

A política Sunshine foi elaborada pela gestão de Kim Dae-Jung em 1998, formulada por cima de críticas às políticas implementadas pelos seus antecessores, considerando sua posição progressista por parte desta liderança contra a intervenção estadunidense na península coreana desde 1954. Kim Dae-Jung, pertencente aos movimentos progressistas de oposição à criação de uma administração independente ao Sul da península sob tutela estadunidense, propõe a aproximação entre as representações como um passo para a possível reunificação futura, porém não pelo uso da força ou por uma assimilação da RPDC sob a RDC, mas pela cooperação entre ambas, dentro da economia, cultura e política (Straub, 2018). A política se baseia em princípios sob os quais, além de definir a cooperação e a não intenção de “absorção” da RPDC, compreendia-se que a RDC não pretendia baixar a guarda, sendo estes:

a RDC buscava ativamente a cooperação com a RPDC; a RDC não tentará absorver a RPDC por maneira alguma; e, por fim, não tolerar provocações armadas por parte da RPDC (Min, 2017).

As gestões seguintes a Kim Dae-Jung não buscaram o fim da política Sunshine, tendo a gestão progressista de Roh Moo-Hyun, que o sucedeu em 2002, buscado também uma cooperação ativa com a RPDC, dando continuidade à política de seu antecessor e conseguindo encontrar com Kim Jong-Il - porém, apenas ao findar de sua gestão, em outubro de 2007 (Straub, 2018). Em sequência, Lee Myung-Bak e Park Geun-Hye, ambos conservadores, retraem a atuação da política Sunshine, que a partir de 2008 buscava a não separação da relação política e econômica ao lidar com a RPDC (Min, 2017). Isso levou a relações instáveis, porém constantes, durante suas gestões, marcadas também pelos testes nucleares e de mísseis, especialmente ao final da primeira e início da segunda década do século.

A compreensão da formação desta política permite entender tanto o panorama político da península nas duas primeiras décadas do século XXI durante as quais os diálogos ocorreram, quanto a busca pela “restauração” da política Sunshine durante a gestão de Moon Jae-In (Straub, 2018).

2.5. Administração Obama ao lado do desenvolvimento da política Byungjin (2009-2016)

A ascensão de Barack Obama ao poder ocorre dois anos anteriormente à transição de poder na RPDC que encarregou Kim Jong Un como Líder Supremo da nação, e ambos trazem consigo alterações nas política interna e externa em relação um ao outro. A RPDC, porém, anteriormente à morte de Kim Jong-Il, realiza seu segundo teste de armas nucleares nuclear em 2009, durante o primeiro ano do regime de Obama, numa demonstração de suas capacidades perante a nova liderança estadunidense (Utama; Purnama; Darmawan, 2022).

A política assumida pelo governo Obama no trato com a RPDC se baseou na Paciência Estratégica, que viu nas falhas dos governos estadunidenses anteriores em atingir seus objetivos na península – e nas críticas internas a essas lideranças – um entrave para continuar os processos de negociação como ocorriam até então. Este entendimento, aliado à compreensão de que não haveria maiores modificações na política da RPDC após a transição da liderança para Kim Jong-Un, reforçava a perspectiva estadunidense de que o regime norte-coreano iria desabar. A estratégia da administração Obama previa a manutenção das políticas de sanções e tensionamentos na península, e reforço de suas alianças regionais no aguardo da queda do governo da RPDC. Além disso, a paciência estratégica buscava exercer pressão sobre a China para adotar medidas mais duras acerca das políticas nucleares da RPDC

(Tzili, 2018, p.425) (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.177). O posicionamento assumido pelos EUA foi também influenciado pelo afastamento, por parte da RDC, da Sunshine Policy, e o processo de aproximação entre as representações da península iniciado por esta. Dessa forma, a percepção da RPDC como ameaça sofre uma alteração breve, de forma que o governo Obama coloca a sua presença na Península Coreana como espaço a se preservar para contenção da China, em rápida ascensão, num tabuleiro internacional do Nordeste asiático. Pela mudança de foco de sua política regional, foi direcionada menos atenção à ameaça nuclear da RPDC, porém ainda a utilizando como justificativa para sua presença militar na península, com fidelidade à política de paciência estratégica (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.176-177). Embora a atenção estadunidense não estivesse completamente voltada à RPDC, em 2013 esta realiza seu terceiro teste com armamentos nucleares (Utama; Purnama; Darmawan, 2022) (Geiger, 2018).

A reorganização da RPDC após a mudança de lideranças, em 2011, ocorreu sem maiores desalinhos à política do país. Para isso, reforçar a estrutura e relevância do partido foi essencial e também ajudaria na estabilidade pós-transição de poderes para aplicar novas políticas que guiassem o desenvolvimento da nação nessa nova década. As necessidades que vinham da primeira década do século XXI se impunham à RPDC, e as lições tiradas pelos coreanos dos conflitos e intervenções com participação dos EUA - em especial no Oriente Médio, com Líbia e Irã representando exemplos do século XXI - levaram à criação da política Byungjin de “Desenvolvimento Paralelo” da economia e do potencial nuclear da RPDC (Geiger, 2018, p.19) (Wrobel, 2021, p.9). O exemplo líbio é emblemático pela sua semelhança à situação da RPDC, tendo Gaddafi, a liderança líbia, aberto mão de seu programa de desenvolvimento de armamentos nucleares pela remoção das sanções sobre o país, que foi então invadido em 2011, sua liderança assassinada e seu regime desmontado (Adeboye, 2020). A política Byungjin pretende que o poder de dissuasão proporcionado pelo seu projeto nuclear possibilite que recursos sejam redirecionados para outras áreas da economia, enquanto a soberania nacional e sua segurança serão defendidas pela ameaça do armamento, com o desenvolvimento em paralelo de sua indústria de energia nuclear e produção de reatores (Geiger, 2018, p.19) (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015). Dentre os objetivos da política Byungjin, está o desenvolvimento de seu potencial nuclear bélico, para usar de sua dissuasão como forma de proteção para o desenvolvimento econômico da nação, enquanto o utiliza também para obter reconhecimento diplomático e normalização das relações econômico-sociais, visto o descaso dos EUA com os acordos firmados historicamente com a RPDC, com base no desmantelamento do programa nuclear da RPDC pela retirada militar dos

EUA da península (Geiger, 2018, p.20).

A construção de novas políticas na RPDC ocorre com consideração incontornável às políticas anteriores, representando uma formulação que se baseia em sua construção política histórica, de forma que uma política não sobrepõe a antecedente. Essa manutenção histórica das políticas de estado pela RPDC, nas palavras de Ralph Wrobel (2021, p.9), mostram sua “path dependency”, de forma que, para compreender a política atual da RPDC, é necessário entender os precedentes nos quais essa se sustenta. A Política Byungjin iniciada por Kim Jong-Un em 2013 prevê uma priorização do desenvolvimento nuclear da RPDC ao lado do desenvolvimento da economia nacional. Além disso, como coloca Geiger (2018, p.21), na RPDC – e demais nações socialistas – a ideologia influencia de forma central a política externa da nação, de forma que suas ações tomadas acerca da economia e demais assuntos internacionais devem ser legitimadas pela política oficial

Como nota Charles Pritchard (2007, p.1) por uma perspectiva interna ao aparato governamental estadunidense, “[O] Entendimento da dinâmica das mudanças políticas em uma *democracia* não é o carro chefe dos norte-coreanos e as mudanças que ocorrem quando um partido político *substitui* outro que governava [...] mistificava completamente Pyongyang”¹. Essa perspectiva esclarece que as políticas internacionais da democracia considerada no texto carecem de direcionamentos firmes que garantam estabilidade em sua política externa. Portanto, que uma mudança da liderança altere a posição em política internacional do país é comum e impede que acordos sejam levados a cabo.

¹ Tradução e destaques nossos

3. A POLÍTICA EUA-RPDC NA ERA TRUMP: A BOMBA NUCLEAR INCLINA A BALANÇA - TENSÃO, DISTENSÃO E ESTAGNAÇÃO

As relações entre os EUA e a RPDC foram marcadas, ao final do século XX e início do XXI, por tensionamentos e distensões que buscavam inclinar a balança regional a seu favor, seja da hegemonia estadunidense ou a autonomia da RPDC. Desde o final do século XX aos dias de hoje, os governos estadunidenses possuem todos como objetivo comum para a Península Coreana a manutenção da hegemonia estadunidense, atuando tanto no investimento em seus aliados com influência na região – a RDC e o Japão –, fornecendo armas e estacionando tropas e armamento estadunidenses em seu território e também realizando planos de investimento para sua reconstrução econômica e infraestrutural (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015). Dentre as preocupações dos EUA na região durante esse período, se destacava a desnuclearização da RPDC, seguidos da sua “abertura ao mundo” e a cobrança de que a RPDC “respeite os direitos humanos”. Para esses fins, os métodos utilizados variam entre dois pontos: o diálogo, com vistas a alguma cooperação que pudesse alterar a posição da RPDC internacionalmente, e a coerção, que poderia desviá-la do “mau comportamento” (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015, p.177).

A RPDC, por outro lado, constrói seu sistema de governo de maneira que uma nova política leva em si os ideais das precedentes. Portanto, suas políticas de Autossustentação (Juche), Prioridade Militar (Songun) e Desenvolvimento Paralelo (Byungjin) buscavam também objetivos comuns para a RPDC, sendo esses: a reconstrução e desenvolvimento autossuficiente da nação; o desenvolvimento do armamento nuclear como ferramenta de segurança para dissuasão contra as ameaças nucleares sofridas pela nação e pela presença desses armamentos ao sul da península desde a Guerra da Coreia até meados da década de 90; e, por fim, o estabelecimento de paz na península, na forma de uma situação que pudesse promover a reunificação da Península Coreana. A posição da RPDC para alcançar esses objetivos se dava de maneira cautelosa, por saber que os EUA visavam seu desarmamento e eram uma potência de muito maior “calibre” militar; dessa forma, resguardava o cumprimento de sua parte do acordo, como garantia de que seriam realizados os termos pelos estadunidenses – que muitas vezes não se cumpriram (Geiger, 2018, p.14-15). As negociações, portanto, não impediam o desenvolvimento de armamento nuclear pela RPDC, visto que esta também não tinha confiança no cumprimento dos acordos pelos EUA.

Da estagnação do conflito aos primeiros investimentos da RPDC em seu potencial de ameaça nuclear, ao auge das negociações, à ameaça nuclear contra a península em uma década (1993 a 2003). O início do século XXI introduziu um re-tensionamento na península,

que continuou, ainda que sob panos quentes, sobre a administração de Obama, e alcançou o governo Trump com uma RPDC fortemente nuclearizada, que, apresentando seu arsenal, busca novamente inclinar a balança das negociações regionais ao seu favor.

3.1. O Governo Trump: ameaças e promessas de reaproximação (2016-2020)

O que levou Trump, muito alinhado à direita conservadora, ao fascismo estadunidense e ao “McCarthyismo” fanaticamente anticomunista (Cobb, 2022) a se tornar o presidente dos Estados Unidos contemporâneo que realizou a maior aproximação dos EUA com a RPDC, uma das poucas experiências socialistas que ainda perduram e, acima disso, inimiga declarada dos Estados Unidos desde sua concepção? A personalidade excêntrica do presidente? Sua “diplomacia de negócios”? Os desenvolvimentos acelerados de armamento nuclear pela RPDC? A observação das políticas aplicadas por ambas as nações ao período permite um discernimento histórico e político de suas ações, como também de como estas representam uma continuidade de projetos políticos alinhados aos interesses nacionais de ambas. Por parte dos EUA, se busca realizar a manutenção de sua hegemonia no nordeste asiático; para isso, é mantida uma guerra fria localizada, voltada contra a porção norte da península coreana, buscando seu isolamento, enfraquecimento e derrocada (Visentini; Pereira; Melchionna, 2015).

Em uma análise das relações EUA-RPDC durante a liderança de Trump, deve ser colocado que o governo iniciou-se em uma campanha ferozmente anti-RPDC, discursando acerca da importância que esta deveria ter na política internacional estadunidense. Em contraponto à política aplicada pelo seu antecessor, e em um rechaço político-eleitoral a todas as realizações de Obama, Trump promete à RPDC “fogo e fúria como o mundo jamais viu”² (Baker; Sang-Hun, 2017), como retaliação caso a RPDC realizasse uma ameaça aos EUA e defende uma possível nuclearização da RDC e Japão, enquanto aeronaves bombardeiras estadunidenses estacionadas em Guam sobrevoavam o espaço aéreo da Península Coreana. As declarações estadunidenses foram seguidas também pelo deslocamento de um navio porta aviões e mais parte de sua marinha para águas coreanas, rondando o território da RPDC na semana do aniversário de Kim Il-Sung (Nascimento, 2017). Frente a esta ameaça, a RPDC relatou considerar abrir fogo em volta de Guam, onde uma base da força aérea estadunidense está localizada, declarando que “É um devaneio que os EUA considerem seu território continental um reinado Celestial **invulnerável**”³ (Baker; Sang-Hun, 2017) (Tzili, 2018,

² Tradução nossa.

³ Tradução e grifo nosso.

p.432). No ano seguinte, porém, ocorreria uma “reaproximação” diplomática entre as duas nações, que retornariam então à mesa de negociações.

Tzili (2018, p.434) diz que a paciência estratégica aplicada por Obama, juntamente à política chinesa aplicada à RPDC, foram responsáveis pela possibilidade desta alcançar o status de potência nuclear, com a possibilidade de negociação obtida pela RPDC se devendo à postura da China em não considerá-la um estado “problemático”, como buscava a negociação estadunidense – que queria usar a China como controle para a proliferação nuclear da RPDC. A China optou alternativamente pela rota da “Estratégia de Orientação Comprometida” (Tzili, 2018, p.427). Esta política chinesa se baseava na aproximação econômica das duas nações, pelo comércio e pela produção nas Zonas Econômicas Especiais na RPDC, criando uma “sistema de gestão econômica ao nosso próprio estilo”⁴ (Tzili, 2018, p.428). O status internacional de potência nuclear, aliado a uma política de dissuasão possibilitada pelo desenvolvimento dos armamentos nucleares e da economia nacional, dentro do estabelecido pela política Byungjin, possibilitaram à RPDC a adoção dessa nova identidade de potência nuclear em desenvolvimento econômico em suas negociações regionais e internacionais.

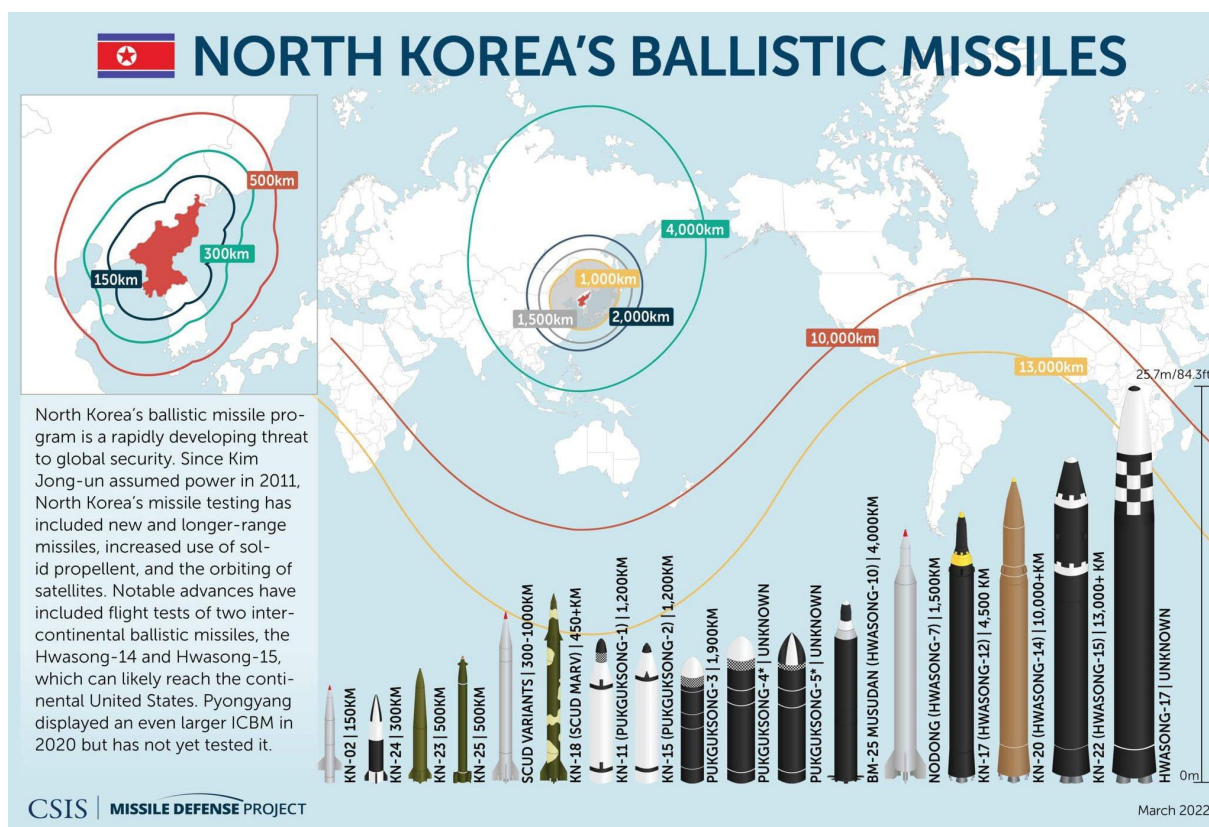
Em cima desse cenário geopolítico, Trump reconheceu, numa posição ativa, uma ruptura com a postura de paciência de Obama, tomando uma forte postura belicista, mas retrocedendo ao diálogo frente às alterações na balança de poder regional (Utama; Purnama; Darmawan, 2022). Como forma também definir sua política internacional como oposta à de seu antecessor, Trump realizara promessas de campanha acerca do fim às intervenções estadunidenses em conflitos externos, o que, embora tenha direcionado parte da política estadunidense, não se observou na prática (Nedjai, 2021). A política aplicada pelo governo Trump, de acordo com Tzili (2018, p.434), se baseava em três pilares: a terceirização dos custos das negociações e da manutenção da segurança regional para o Japão e RDC, para a China; um apelo aos “custos” de não “cumprir sua responsabilidade” perante a RPDC; e, à RPDC, a ameaça de aniquilação perante o continuamento de seus programas nucleares. Desta maneira, os EUA arcariam com pouco ou nada dos custos reais de uma possível desnuclearização da RPDC. Outra característica da gestão Trump frente à RPDC na sua cobrança de responsabilidade acerca da “nação problema” é que esta buscava uma “responsabilização estratégica”, buscando reforçar o cumprimento das sanções estabelecidas na ONU, sobre proposta dos EUA (Utama; Purnama; Darmawan, 2022).

3.2. A importância da bomba atômica na inflexão da política estadunidense

⁴ Tradução nossa.

A RPDC realizou, no meio de 2017, seu primeiro teste com um míssil balístico internacional, o Hwasong-14. Ao final de este mesmo ano, em 29 de novembro, foi realizada uma declaração do governo da RPDC acerca do teste com novos mísseis balísticos intercontinentais (DPRK, 2017), na qual foi anunciado o teste do seu míssil de mais longo alcance, o ICBM Hwasong-15, com destaque para sua capacidade de atingir com precisão todo o território continental dos EUA, como demonstrado na Figura 1 (Missiles, 2022). Neste anúncio, a RPDC anuncia o cumprimento do seu objetivo de alcançar o status de potência nuclear, expondo que o desenvolvimento e aperfeiçoamento dessa “arma estratégica” seriam voltados apenas à defesa da soberania da RPDC, especialmente contra as políticas internacionais e ameaças nucleares dos “imperialistas estadunidenses”. Dessa maneira, o governo da RPDC declara abertamente que, enquanto a soberania e os interesses da nação não forem desrespeitados, esta não apresentará ameaça a nação ou região alguma, anunciando que seria esta uma “potência nuclear responsável”, de uma “nação que ama a paz”, se propondo a defender a paz e a estabilidade em todo o mundo (DPRK, 2017). Esta declaração coloca também a consumação da primeira proposta da política Byungjin, que passava então para uma fase de posicionamento mais ativo e soberano na região.

Figura 1: Mísseis balísticos norte-coreanos



Fonte: MISSILE THREAT: CSIS Missile Defense Project (MISSILES, 2022).

A obtenção de armamento nuclear que represente uma ameaça ao território continental dos EUA concretiza a ameaça ao “reinado celestial” feita anteriormente no mesmo ano, com o desenvolvimento e a aplicação do GMD (Ground-based Midcourse Defense) para a proteção do território estadunidense contra mísseis balísticos de longo alcance, sendo esse o único sistema que realiza a defesa dos EUA contra mísseis balísticos de longo alcance, comprovando sua vulnerabilidade (Missiles, 2022). A política aplicada pela RPDC, a partir da qual o país se considera portador do status de potência nuclear, se volta às mesas de negociação. A partir do ano seguinte, 2018, as relações entre os EUA e a RPDC retomam as mesas de discussão.

3.2.1. Cúpula de Singapura, nova aurora da política Sunshine

Após duas gestões conservadoras da RDC que limitavam suas relações com a RPDC, Moon Jae-In se torna presidente em 2017, após a queda da liderança conservadora de Park Geun-Hye com alta reprovação por meio de um impeachment. Sendo “acusado” pela ala conservadora de buscar uma re-implementação da política Sunshine durante sua campanha, Moon Jae-In, que fora próximo fraternal e politicamente de Roh Moo-Hyun e participou das deliberações de sua gestão em relação à RPDC, apresenta um planejamento de aproximação moderada pelo apoio estadunidense. Os EUA porém, buscariam herdar a política Sunshine de Kim Dae-Jung e a política de engajamento de Roh Moo-Hyun como ferramentas para essa mudança nas relações, buscando ações simultâneas das partes envolvidas nos diálogos, de forma a evitar o entrave das negociações que se repete no histórico da península e criar estrutura para “relações intercoreanas duradouras”, que não sejam dependentes dos governos vigentes de cada nação ou dos interesses de dominação e derrocada de regimes por potências estrangeiras, mas sim uma constante na península (Straub, 2018). Desta forma, colocou-se como prioridade a “unificação econômica”, em vista da associação de todo o crescimento da península, e também por maior autonomia militar da RDC sobre suas decisões e acerca do destino bélico da península, com críticas às ações da RPDC e contra as fortes influência e armamentos estadunidenses na região (Straub, 2018).

O cenário político favorável ao sul da península propiciava os diálogos. Porém, para que estes ocorressem, seria necessário um freio à retórica belicista inflamada de Trump ao início do mandato de seu mandato. Os testes nucleares que se utilizaram do Hwasong-15, o primeiro míssil balístico da RPDC que apresenta uma ameaça real a todo o território

continental estadunidense, serviria então como um peso na balança para a RPDC. A repercussão de seu lançamento representa o último passo para concretização do objetivo da RPDC na posse de armas nucleares: buscar relações e diálogos nos quais possa obter garantias acerca do seu destino numa escala regional e global.

A Cúpula de Singapura, realizada em 2018, representa a maior proximidade de diálogos entre os EUA e a RPDC dentre as últimas 7 décadas, tendo os líderes das duas nações sentado para discussão por quatro horas acerca das políticas da região, com foco na desnuclearização por parte dos EUA e na instituição de um regime de paz na península por parte da RPDC (Noerper, 2018). O encontro, que havia sido desmarcado pelo presidente estadunidense Donald Trump à época e então remarcado, ocorreu no dia 12 de junho de 2018, sob participação e apoio da RDC na estruturação dos diálogos. A situação favorável promovida pela disponibilidade e engajamento da RDC nas conversas para construção da paz e aproximação da península possibilitaram um momento de relativa paz no qual as negociações se mostravam amistosas, tendo os exercícios militares estadunidenses (EUA-RDC) sido pausados para garantir um cenário cortês e de estabilidade na península para as negociações (Noerper, 2018).

O diálogo histórico ocorrido entre os EUA e a RPDC tiveram como resultados o estabelecimento de quatro áreas para o diálogo, sendo estas: um novo regime de paz na região, a desnuclearização da RPDC, o estabelecimento de novas relações entre os EUA e RPDC e a repatriação de restos mortais de soldados americanos (Noerper, 2018). Ambos os líderes reconheceram a importância de desenvolvimento com um passo de cada vez, tendo a RPDC declarado que, caso os EUA tomassem medidas genuínas para construção de confiança e melhora das relações EUA-RPDC, esta se empenharia também em reforçar as medidas aplicadas para alcance do objetivo da paz, estabilidade e desnuclearização da península (Historic, 2018) (Vidal, 2018). A compreensão ao final do evento, porém, demonstrava diferentes perspectivas dos caminhos que estavam sendo traçados, estando os EUA e a RDC tomando como medidas prioritárias a desnuclearização completa da RPDC. Por sua vez, esta define que a busca nas negociações se voltava para o estabelecimento de um regime de paz na península, com garantias à estabilidade do regime (Noerper, 2018). Uma demanda emblemática da RPDC, dentro de seu planejamento acerca da implementação deste regime de paz por meio das negociações, foi uma declaração pelos EUA de fim de guerra, que marcasse um final definitivo à Guerra da Coreia, tendo Donald Trump dito que os EUA resolveriam um problema “muito perigoso” (Vidal, 2018) (Historic, 2018) (Noerper, 2018).

Como continuidade às conversas de Singapura, foi marcado ao final do ano outro

encontro entre as lideranças para fevereiro de 2019, no Vietnã. Este segundo encontro, porém, foi limitado e não produziu quaisquer resultados, tendo os EUA se retirado das negociações devido à requisição pela RPDC de suspensão parcial das cinco sanções aplicadas pela ONU contra a nação entre 2016 e 2017 (Victor, 2016) (Nedjai, 2021). Sem diretrizes formuladas pelo diálogo de fevereiro, foi então feito um convite por Trump, durante uma visita à RDC em junho do mesmo ano, a um encontro, criando oportunidade para a reunião entre as três lideranças, que se encontraram na Zona Desmilitarizada (DMZ), faixa localizada entre a RPDC e a RDC. Este encontro representou simbolicamente uma aproximação entre as três representações, tendo sido Trump o primeiro presidente estadunidense a pisar em solo da RPDC durante exercício do cargo e apenas a segunda visita de uma liderança da RPDC à RDC desde o início da Guerra da Coreia. Porém, aparte do seu valor simbólico, a reunião não trouxe novos acordos a serem tratados, finalizando apenas com a reafirmação de melhores negociações futuras, de forma que, embora as tensões entre EUA-RPDC não tenham escalado, não foram tomados passos que possibilitem a concretização das intenções declaradas tanto em Singapura quando na Zona Desmilitarizada (Nedjai, 2021).

O encontro histórico em 2018 gerou comoção global, devido à mudança súbita de posições dos EUA em relação à sua atuação na garantia da hegemonia sobre uma região, além da disposição apresentada pela RPDC nas negociações em comprometer-se pela paz na região. As intenções definidas, porém, se provaram infrutíferas, senão estagnantes, produzindo, de um encontro extraordinário, poucos diálogos subsequentes e realizações concretas que justifiquem sua relevância histórica. Desta forma, a esperança de paz aberta durante essa negociação fechou-se de forma gradual, com certo abandono da atenção à pauta durante o ano de 2020, devido à priorização da pandemia dentro das políticas dessas nações, com uma ruptura mais severa de retorno à tradicional política estadunidense do partido democrata e, por parte da RDC, ao conservadorismo em relação à RPDC, a partir da mudança subsequente de presidência dos EUA em 2021 e da RDC em 2022, pelas quais seus governos reforçaram medidas de dissuasão pela intimidação bélica e possibilidade de ameaça nuclear na península (Davenport 2023).

3.3. Dos diálogos à estagnação

A política de “responsabilização estratégica” de Trump, ou “diplomacia de negócios”, como colocada por Eduardo Tzili Apango (2018, p.432), busca realizar, para manutenção de sua influência e controle na região do nordeste asiático, negociações amplas, obtendo garantias de todas as partes envolvidas. No nordeste asiático, se apresenta na busca de

concessões securitárias por parte da RPDC, de forma a “responsabilizá-la” pelos testes de armas nucleares balísticas e pôr os gastos da negociação sobre seus aliados, reforçando suas relações e declarando a possibilidade de armar nuclearmente a RDC e Japão como frentes contra a RPDC (Utama; Purnama; Darmawan, 2022). Enquanto Kim Jong-Un provocava o globo rumo ao reconhecimento da RPDC como potência nuclear e da sua crescente influência na arena internacional, Trump colocava a RPDC como um dos pontos centrais na sua política internacional, especialmente para o nordeste asiático. Essa complementaridade não foi casual, visto que a RPDC tentara, ainda durante as eleições americanas, desviar as atenções em sua direção, como foi o caso do lançamento de mísseis em dois dias, uma semana anteriormente ao debate presidencial, de forma a influenciar a política americana a lidar com essa demonstração de força em suas políticas (Tzili, 2018, p.432-433). Embora os esforços realizados por ambas as nações e pela RDC na construção dos diálogos da Cúpula de Singapura apresentem aparente interesse na construção de um novo relacionamento entre os EUA e a RPDC, possivelmente influenciado na promessa estadunidense sob Trump de pôr fim às intervenções estadunidenses em conflitos exteriores, a dificuldade dos diálogos e o não atendimento das propostas colocadas, tanto pela cúpula quanto pelos diálogos do ano seguinte, como guia a esta reaproximação, foram fatores decisivos na desconstrução dos laços recém-estreitados.

Paulo Visentini (2020), ao observar retroativamente o governo Trump, percebe, na sua atuação frente à RPDC e ao Oriente Médio, que os EUA buscavam uma menor ou menos abrangente participação militar, quando possível, em seus conflitos regionais, por considerá-la um ônus, aplicando/entoando durante seu governo uma primazia mais exacerbada dos interesses econômicos e comerciais da nação acima da ideologia política a ser seguida na manutenção dos interesses e hegemonia estadunidenses (Nedjai, 2021) (Visentini, 2020). Devido a esta perspectiva, que destoa não apenas das posições militares ativas tomadas pelos governos anteriores como também das políticas republicanas tradicionais acerca do intervencionismo, os EUA e sua hegemonia internacional estiveram dispostos a comprometer o controle da sua hegemonia regional através da coerção militar, compreendendo uma alternativa por vezes voltada ao diálogo em cenários anteriormente marcados pela tensão bélica, caso estes pudessem render acordos benéficos aos Estados Unidos. Para este fim favorável e “lucrativo” em sua política externa, os EUA buscaram também reduzir os gastos aplicados a esse fim, terceirizando-os a seus aliados e outras nações do nordeste asiático. Desta forma, embora tenha sido capaz de reduzir seus custos nas negociações pela estratégia política aplicada, a falta de maior empenho na concretização destes acordos os tornaram mais

uma página de negociações dos EUA-RPDC que foram incapazes de pôr um fim definitivo à prolongada Guerra da Coreia e à presença de armas nucleares na península.

A posição tomada pela liderança da RDC à época, sob uma gestão menos hostil frente ao Norte, foi uma peça fundamental para os encontros EUA-RPDC e EUA-RPDC-RDC, buscando também o fluir dos diálogos iniciado em Singapura no ano 2018, de forma que se tornassem recorrentes e trouxessem a perspectiva de mudanças estruturais como fruto destas negociações, tendo Kim Jong-Un dito, em 2018, que ainda se reuniriam muito mais vezes. Porém, o diálogo ocasional e a não continuidade das negociações se reverteram novamente numa relação distensionada, mas distanciada entre as duas nações até o final do governo de Trump, que, ao ser substituído por Joseph Biden, teve qualquer progresso nas discussões com o norte da península desestruturado (Richey; York, 2022).

Ao final de sua gestão, Trump foi incapaz de concretizar sua promessa de “fogo e fúria”, alternando o curso para conversas diplomáticas e negociações entre os líderes da RPDC, EUA e RDC, que foram, por fim, também incapazes de produzir mudanças concretas nas relações entre os países (Visentini, 2020).

Com o desencadear da pandemia e a mudança das prioridades de todas as nações para lidar, de alguma forma, com seus efeitos, as relações EUA-RPDC ficaram em espera e, ao final de 2020, Trump sofre uma derrota nas urnas para Joseph Biden (2021-2024) (Nedjai, 2021). Candidato democrata tradicional, Joseph Biden foi vice-presidente de Barack Obama e aplica em sua política para a península coreana diretrizes similares às do ex-presidente sob quem atuou: uma maneira de paciência estratégica, na qual o diálogo com a própria RPDC é posto de lado, sendo reforçada a dissuasão militar estadunidense na península, com ênfase em reforçar seus exercícios militares e simulações às fronteiras da RDC. Esses exercícios haviam sido reduzidos devido à pandemia, porém foram reformados em 2022 e escalados em 2023, com a realização do maior exercício militar estadunidense em campo na fronteira entre as Coreias e o envio de um Bombardeiro B-1B dos EUA para a RPDC (Kim, 2023; Richey; York, 2022; Shin, 2023).

4. CONCLUSÃO

A longa Guerra da Coreia tem se arrastado por 75 anos e serve como uma representação sintética da política estadunidense na construção e manutenção da sua hegemonia sobre o cenário internacional. Essa hegemonia demanda, desde sua ascensão no pós-Segunda Guerra Mundial, fortes intervenções econômicas, militares, propagandísticas e políticas, de forma a suprimir qualquer adesão a adversários geopolíticos dos interesses dos EUA. Os interesses estadunidenses servem, desta forma, como régua para sua possível intervenção em outras nações, o que foi observado de forma explícita durante a Guerra Fria (1947-1991), bem como em diversos outros conflitos pelo século XX. Já durante o século XXI, esta defesa ocorre sobre uma primazia estadunidense frente a oponentes enfraquecidos, de maneira que sua hegemonia se constitui de forma mais abrangente, tanto pela continuidade de conflitos que são resquícios da Guerra Fria quanto pelo escalonamento de diversos conflitos regionais sob intervenção para garantia dos interesses estadunidenses.

A posição histórica dos EUA frente à RPDC pouco se alterou durante boa parte do século XX, em que se estruturava sobre a ameaça nuclear ou militar constante. O seu interesse, que se expressava anteriormente no fim do regime pela sua associação ao bloco socialista e contestação do domínio estadunidense na península, toma na década de 90 a forma de contestação das intenções e eventual desenvolvimento de armamentos nucleares por parte da RPDC, empregados como instrumentos para dissuasão e para possibilitar diálogos e negociações onde esta tenha influência decisiva e autonomia sobre o seu destino (DPRK, 2017).

A partir da breve análise da relação entre os EUA e RPDC desde a Guerra da Coreia ao fim da gestão Obama, realizada no capítulo 2, é possível compreender a alteração de curso na posição estadunidense acerca da RPDC após o colapso da URSS. Alternava-se, então, entre a tentativa de diálogo e negociação, apresentado como opção por Clinton e os diálogos indiretos realizados ao final dos anos 90, e a hostilidade mais aberta, com os EUA utilizando da dissuasão de sua presença militar contra a RPDC, como realizado por George W. Bush mesmo após a retirada dos armamentos nucleares estadunidenses da península em 1991 (Geiger, 2018). Em contraste imediato com seu antecessor, a política de Bush, que taxava a RPDC como membro do “Eixo do Mal” que ameaçava os EUA, buscava reforçar as sanções contra o país enquanto aplicava uma maior restrição nas negociações, sob demanda de que a RPDC deve agir primeiro e “dar o primeiro passo” em direção à desnuclearização ainda que por meio da coerção, de forma também a criticar a falha dos diálogos iniciados por Clinton (Utama; Purnama; Darmawan, 2022; Visentini; Pereira; Melchionna, 2015).

O governo Obama, ao aplicar sua política de paciência estratégica e manter as tensões reduzindo conversas com a RPDC e negociando prioritariamente com a China, enquanto esta não atendia a demanda estadunidense de tratar a RPDC como um “estado problema”, permitiu, em teoria de Eduardo Tzili Apango (2018), que a RPDC desenvolvesse seus armamentos nucleares. Este desenvolvimento apresenta seus avanços a cada teste de mísseis balísticos e equipamentos nucleares realizados pela RPDC até o período, em 2006, 2009, 2013 e 2017, ao ponto de, pelo final de 2017, declarar a posse de um míssil balístico intercontinental (ICBM) capaz de carregar ogivas nucleares através do Oceano Pacífico e atingir todo o território continental dos EUA (DPRK, 2017; Geiger, 2018).

Trump vence a eleição em 2016 empunhando entre suas bandeiras a retaliação devastadora por “fogo e fúria” caso a RPDC ousasse se apresentar como ameaça aos EUA. Porém, frente à pressentida ameaça nuclear contra seu território ao final de 2017, com escassos paralelos na história, a RPDC levanta o questionamento à invulnerabilidade do “divino” território continental estadunidense (Baker; Sang-Hun, 2017; DPRK, 2017; Tzili, 2018). Em 2018, EUA aceitam sentar-se para negociações, que se concretizam em junho, na cúpula de Singapura (Noerper, 2018; Vidal, 2018).

O encontro é facilitado pela RDC e promove uma perspectiva, pela primeira vez em décadas, do apaziguamento das tensões na península e, por pedido da RPDC, da assinatura de um final definitivo à Guerra da Coreia, de forma que as duas nações pudessem criar novas formas de relações dentro da região (Nedjai, 2021; Noerper, 2018; Vidal, 2018). As resoluções generalistas, no entanto, não foram cumpridas, e o encontro seguinte foi encerrado com o abandono pelos EUA do encontro no Vietnã devido ao pedido da RPDC de suspensão das sanções impostas entre 2016 e 2017 (Victor, 2016; Nedjai, 2021). Um último encontro, marcado de última hora por Trump durante sua estadia na RDC, promoveu um diálogo entre as lideranças dos EUA, RPDC e RDC na zona desmilitarizada, com promessas amplas de “melhorar as negociações” entre os EUA e a RPDC (Nedjai, 2021). As promessas, no entanto, não produziram maiores mudanças nas relações de ambos, representadas por um cenário onde, enquanto a RPDC continuava a fazer seus testes, certa tranquilidade era mantida na região. (Nedjai, 2021).

A política estadunidense à RPDC sob a liderança de Trump buscou, a partir de 2018, assegurar os interesses estadunidenses na península coreana por uma diplomacia que, embora distanciada, era simbolicamente histórica, com a entrada da liderança da RPDC na RDC, e de Trump, enquanto líder dos EUA, na RPDC, juntamente a Kim Jong-Un. Este simbolismo, porém, não se reverteu em políticas aplicadas que mudassem estruturalmente a relação entre

os EUA e a RPDC, de forma que mesmo a breve tranquilidade alcançada foi derrubada junto à liderança estadunidense e à aplicação da próxima política tradicional democrata estadunidense sob Joseph Biden (2021-2024), em uma política que se assemelha à paciência estratégica de Obama, reforçando seu poder de dissuasão militar e restringindo a possibilidade de diálogo, com apoio da RDC sob Yoon Suk Yeol (2022-2024) (Richey; York, 2022).

O fim da Guerra da Coreia e a paz na península coreana são, desde sua divisão, um sonho distante, sobre um cenário de conflito ora armado e sem diálogos, ora armado e com diálogos entre as partes beligerantes. Esse cenário se manteve mesmo sob o mais simbólico evento de unidade na península, após uma das mais graves provocações pelas lideranças dos EUA e RPDC, que, embora tenham facilitado e permitido encontros e maiores diálogos, não foram frutíferas em realizar novos acordos que aproximassem esses países e afastassem seus conflitos. A ausência dessa mudança estrutural em suas relações sentiu-se na entrada de Biden, que retornou a uma política de distância e tensionamento (Richey; York, 2022).

REFERÊNCIAS

ADEBOYE, Francis Idowu. Diplomacy of Denuclearization between North Korea and the United States under President Donald Trump. **IOSR Journal of Humanities And Social Science**, 2020.

ATAÍDE, Glauber. Imperialismo prepara opinião pública mundial para atacar Coreia do Norte. **Jornal A Verdade**, 27 mar. 2013. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2013/03/imperialismo-prepara-opinioao-publica-mundial-para-atacar-coreia-do-norte/>>. Acesso em: 24 mar. 2024

BAKER, Peter; SANG-HUN, Choe. Trump Threatens ‘Fire and Fury’ Against North Korea if It Endangers U.S. **The New York Times**, 08 ago. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/08/08/world/asia/north-korea-un-sanctions-nuclear-missile-united-nations.html#:~:text=to%20the%20president.,%E2%80%9CNorth%20Korea%20best%20not%20make%20any%20more%20threats%20to%20the,the%20world%20has%20never%20seen.%E2%80%9D>. Acesso em: 31 mar. 2024..

CARVALHO, Sued. Mais uma mentira da mídia burguesa contra a Coreia Popular. **Jornal A Verdade**, 05 mai. 2020. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2020/05/mais-uma-mentira-da-midia-burguesa-contra-a-coreia-popular/>>. Acesso em: 23 mar. 2024

COBB, Jelani. The Enduring Power of Trumpism. *The New Yorker*, 15 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/news/daily-comment/the-enduring-power-of-trumpism>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

DAVENPORT, Kelsey. North Korea Vows Response to US-South Korean Plans. *Arms Control Today*, v. 53, n. 5, p. 31-32, 2023.

DPRK Gov’t Statement on Successful Test-fire of New-Type ICBM. **EXPLORE DPRK**, 29 de Novembro, 2017. Disponível em: <<https://exploredprk.com/press/dprk-govt-statement-on-successful-test-fire-of-new-type-icbm/>> Acesso em: 16 abr. 2024.

GEIGER, Luana Margarete. A política nuclear norte-coreana: dissuasão, nacionalismo e relações regionais. Tese (Pós-Graduação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2018.

HISTORIC First DPRK-U.S. Summit Meeting and Talks Held. **EXPLORE DPRK**, 13, jun. 2018. Disponível em: <<https://exploredprk.com/press/historic-first-dprk-u-s-summit-meeting-and-talks-held%e2%80%8b/>>. Acesso em: 19, abr. 2024

KIM, Hyung-Jin. US, South Korea announce largest field exercises in 5 years. *APnews*. 3 mar. 2023. Disponível em: <<https://apnews.com/article/south-north-korea-us-drills-nuclear-66f94a64982e255b23ae6ac7860a5e2c>>. Acesso em: 23 mar 2024.

LENIN, Vladimir Ilich. Imperialism, the highest stage of capitalism. Londres: **Penguin Books**, 2010.

MIN, Jesse. The Sunshine Policy of South Korea. **Stanford University**, 2017. Disponível em: <<http://large.stanford.edu/courses/2017/ph241/min2/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MISSILES of North Korea. **MISSILE THREAT CSIS Missile Defense Project**, 22 nov., 2022. Disponível em: <<https://missilethreat.csis.org/country/dprk/>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

NASCIMENTO, Matheus. Coreia Popular prepara defesas antinucleares após ameaças dos EUA. **Jornal A Verdade**, 16 abr. 2017. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2017/04/coreia-popular-prepara-defesas-antinucleares-apos-ameacas-dos-eua/>>. Acesso em: 24 mar. 2024

NEDJAI, Fatiha. US Attitude towards the North Korean Nuclear Program A Comparative Study of the Obama and Trump Administrations. Tese (Mestrado em Literatura e Civilização) – Faculty of Letters and Languages, Mohamed Khider University of Biskra. Biskra, 2021

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: **Expressão Popular**, 2011.

NOERPER, Stephen. SINGAPORE SLING TO STALEMATE. **Comparative Connections**, v. 20, n. 2, p. 37-134, 2018.

OLIVEIRA, Daniel Simões. Marxismo e Relações Internacionais: duas abordagens (Hardt/Negri e Cox). **Temáticas**, v. 15, n. 29, p. 99-119, 2007.

ORTIZ, Verónica. La lógica triangular de las relaciones intercoreanas: un análisis del poder económico (2011-2018). In: **XII Congreso Nacional de Estudios Coreanos, La Plata, modalidad virtual, 23 e 24 nov. 2021**.

PANSARDI, Marcos Vinícius. Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das relações internacionais. **Revista Crítica Marxista**, v. 39, p. 77-93, 2014.

PRITCHARD, Charles L. Failed diplomacy: The tragic story of how North Korea got the bomb. **Rowman & Littlefield**, 2007.

RICHEY, Mason; YORK, Rob. WHEN IT RAINS, IT POURS. **Comparative Connections**, v. 24, n. 1, p. 43-173, 2022.

SHIN, Hyonhee. South Korea's Yoon oversees major live-fire drills with U.S.. Reuters, 15 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/south-koreas-yoon-oversees-major-live-fire-drills-with-us-2023-06-15/>>. Acesso em 23 mar. 2024.

STRAUB, David. Salvaging the Sunshine Policy. **Joint US Korea Academic Studies**, 2018. Disponível em: <https://keia.org/sites/default/files/publications/jukas_1.1_salvaging_the_sunshine_policy.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024

TZILI Apango, Eduardo. Tensiones entre China, Corea del Norte y Estados Unidos a inicios de la administración Trump. **Estudios de Asia y África**, v. 53, n. 2, p. 421-439, 2018.

UTAMA, Agung Prija; PURNAMA, Chandra; DARMAWAN, Wawan Budi. DONALD TRUMP'S POLICY AGAINST NORTH KOREA'S BALLISTIC NUCLEAR WEAPON TEST. **Jurnal Wacana Politik**, v. 7, n. 2, 2022.

VICTOR, José Rio Tinto. Sanções contra a Coreia Popular são intensificadas pela ONU. **Jornal A Verdade**, 06 abr. 2016. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2016/04/sancoes-contr-coreia-popular-sao-intensificadas-pela-onu/>>. Acesso em: 24 mar. 2024

VIDAL, Macarena Liy. Trump retira ditador da Coreia do Norte do isolamento num degelo histórico cheio de dúvidas. **El País**, Singapura, 14 jun. 2018. Internacional. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/internacional/1528481442_294817.html. Acesso em: 15 out. 2023.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MELCHIONNA, Helena Hoppen. A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche. São Paulo: **Editora UNESP**, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Haverá uma Nova Diplomacia Norte-Americana Pós-Trump? In: VISENTINI, Paulo Fagundes, et al. (orgs.). Visões sobre a diplomacia pós-Trump. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.9, p.14-16, 2020.

WROBEL, Ralph M. Kim Jong-un's Byungjin Policy: Support or obstacle for economic convergence on the Korean peninsula?. **Ordnungspolitische Diskurse**, 2021. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/233900/1/1757278656.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.